

# Possibilidades e Limites do Jornalismo Investigativo: entre relatos superficiais de denúncias, o desafio da intersubjetividade e a cidadania

Heitor Costa Lima Rocha & Verónica Rufino de Sousa

*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

hclrocha@gmail.com / veronica.sousa@ufpe.br

## Resumo

Este estudo propõe uma reflexão sobre os desafios da prática do jornalismo investigativo considerando o contexto brasileiro. Dessa forma, partindo da análise da utilização de parâmetros descritos no Manual para Jornalistas Investigativos em reportagens do portal O Estado de São Paulo, busca-se compreender tal modalidade para além de relatos superficiais de denúncias e da utilização de métodos baseados nas ciências exatas, mas como propulsor de um jornalismo humano, intersubjetivo e multiperspectivo. Os resultados remetem a uma

semelhança com o jornalismo praticado rotineiramente nas redações, com a prevalência de fontes oficiais, relatos objetivos baseados em informações obtidas em bancos de dados abertos e pouca preocupação com a pluralidade de vozes. Acentua-se, dessa forma, a necessidade de o jornalista utilizar as especificidades da área para superar possíveis barreiras e cumprir sua função como intérprete, formador e mediador social, em busca de um jornalismo diferenciado, crítico e cidadão.

Palavras-chave: Jornalismo investigativo; Intersubjetividade; Cidadania.

## Possibilities and Limits of Investigative Journalism: between superficial reports of complaints, the challenge of intersubjectivity and citizenship

### Abstract

This study proposes a reflection on the challenges of practicing investigative journalism considering the Brazilian context. Thus, based on the analysis of the use of parameters described in the Manual for Investigative Journalists in reports on the O Estado de São Paulo, we seek to understand this modality beyond superficial reports of complaints and the use of methods based on exact sciences, but as a driver of human, intersubjective journalism and multiperspectivo. The results point

to a similarity with the journalism routinely practiced in newsrooms, with the prevalence of official sources, objective reports based on information obtained from open databases and little concern with the plurality of voices. This emphasizes the need for journalists to use the specificities of the area to overcome possible barriers and fulfill their role as interpreters, trainers and social mediators, in search of differentiated, critical and citizen journalism.

Keywords: Investigative journalism; Intersubjectivity; Citizenship.

Data de submissão: 2024-07-03. Data de aprovação: 2025-01-23.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.



## 1. Introdução

Para além de relatos superficiais de denúncias sobre questões maléficas à sociedade e da utilização de procedimentos e métodos de apuração baseados nas ciências exatas, o jornalismo investigativo pode se tornar propulsor de uma prática humana, intersubjetiva e multiperspectiva. Utilizar suas especificidades, credibilidade e maior liberdade editorial para expor histórias sob diferentes percepções, dar voz a fontes muitas vezes esquecidas e silenciadas, além de promover um maior esclarecimento e aprofundamento das temáticas abordadas, torna-se, cada vez mais, um desafio aos profissionais que se dedicam a essa área diante dos diversos constrangimentos que envolvem o fazer jornalístico.

Como possível solução para essa problemática, a Unesco publicou, em 2013, o “Manual para Jornalistas Investigativos”, um guia que vai de encontro à maioria dos manuais que abordam a prática jornalística investigativa, mostrando que, apesar dos riscos, uma investigação jornalística pode ser um processo eficiente, humano e construtivo. Apesar de bastante referenciado em estudos que abrangem o estado da arte do jornalismo, ainda são escassas pesquisas sobre a influência e aplicação do manual no âmbito das rotinas produtivas do jornalismo investigativo. Baseando-se nessa lacuna, este estudo procura responder à seguinte questão: “Como o Manual para Jornalistas Investigativos está sendo aplicado no dia a dia da prática jornalística investigativa no contexto brasileiro?”

Sob a égide que abrange aspectos referentes à qualidade, intersubjetividade e rigor metodológico, propõe-se por meio de fundamentos das Análises de Conteúdo e de Discurso, abordar a utilização de parâmetros formulados pelo referido manual, em reportagens investigativas publicadas no portal de notícia “O Estado de São Paulo”, no ano de 2022. Dentre os parâmetros que extrapolam a apresentação de métodos e técnicas de investigação, destacam-se: (a) Abordagem do lead; (b) Fontes utilizadas; (c) Utilização de portais de dados abertos; (d) Aspectos de intersubjetividade; e (e) Procedimentos éticos e técnicos.

Foram incluídas reportagens consideradas investigativas ou iniciadas a partir de uma investigação oficial. Segundo Nascimento (2016), inserem-se nessas categorias as reportagens com processo investigativo realizado pelo próprio jornalista, excluindo os relatos de investigações de autoridades oficiais. Somadas a esse fator, no âmbito de seus conteúdos, as reportagens investigativas analisadas apresentam pelo menos uma das seguintes características: alto grau de interesse público e impacto social (Lalueza, 2003); partam de denúncias sobre questões ocultas ou maléficas à sociedade (Lalueza, 2003); e atuam como propulsoras de mobilização da opinião pública, capazes de alterar relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político (Habermas, 1997).

## 2. Compreendendo o jornalismo investigativo

Precisar o real momento do surgimento de reportagens investigativas no mundo é considerada por diversos autores (Aucoin, 2006; Burgh, 2008; Ponte, 2005) uma tarefa difícil. Sobre assunto, Aucoin (2006, p. 5) explica que:

Alguns historiadores do jornalismo traçam as raízes do jornalismo investigativo moderno na América entre o século XVII e início do século XVIII, quando Benjamin Harris e James Franklin expuseram as falhas das autoridades de Boston. Outros historiadores atribuem as raízes da prática aos grandes trapaceiros que trabalharam na virada do século XX. Outros ainda insistem que os repórteres investigativos modernos são uma raça que evoluíram a partir do passado, mas que são diferentes dos repórteres do passado - eles estão ligados ao escândalo (...) da sua geração jornalística, mas os repórteres de hoje não têm a defesa cruzada central para o *muckrakers*<sup>1</sup> da era progressista. (Aucoin, 2006, p.5)

1. O termo adotado pelo pesquisador foi utilizado pelo presidente Theodore Roosevelt, em 1906, para se referir a homens que

Diante da impossibilidade de se constatar o berço do jornalismo investigativo, os estudos no âmbito do estado da arte têm posto em evidência caracterizações peculiares referentes a essa forma de se fazer jornalismo. Se, por um lado, autores como o próprio Aucoin (2006) defendem que a investigação é intrínseca ao jornalismo e que todos os jornalistas possuem o mesmo faro, perfil e envolvimento com o seu objeto de investigação, pesquisas como as de Coelho (2023), Fortes (2012) e Starkman (2014) caracterizam essa concepção como simplista, propondo um mergulho na complexidade que envolve tal prática.

Para Fortes (2012, p. 10), “a reportagem, de fato, não prescinde de investigação. Mas jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”. Já Starkman (2014) diferencia o que ele intitula de *accountability journalism* e *access journalism*. Em suma, o primeiro tipo de jornalismo é o que mais se aproxima do investigativo, construindo confiança com o público, explicando e contextualizando problemas complexos, e cobrando dos poderosos uma prestação de contas da sua atuação junto à sociedade. Já o *access journalism* possui características do jornalismo convencional, baseado nas verdades propagadas pelas fontes oficiais e pouco se preocupa com o aprofundamento e debate dos problemas da sociedade.

*access reporting* diz aos leitores o que dizem os poderosos, o *accountability* diz-lhes o que fazem os poderosos (...). Tendencialmente, o *access* fala com as elites; o *accountability* com os dissidentes (...). O *access* transmite visões ortodoxas; o *accountability* (...) heterodoxas (...). No jornalismo financeiro, o *access* foca-se no interesse dos investidores; o *accountability* foca-se no interesse do público (...). O *access* (...) as suas histórias são mais fáceis, ou pelo menos, mais rápidas e raras vezes suscitam o confronto (...). O *accountability reporting* é marginal, mais dispendioso... de produção mais lenta, mais stressante e destinado a fazer inimigos... Em síntese: o *accountability* é o cão de guarda que chega à história que o *access* falha... Sem o *accountability*, o jornalismo não tem objetivo, não tem foco, não tem ponto. (Starkman, 2014, pp. 10–11)

Independentemente da polêmica, o que a práxis confirma é que existe sim um diferencial entre as reportagens investigativas e as matérias oriundas da prática cotidiana das redações. As pesquisas de Coelho (2023) abordam tais diferenças. Dentre os principais pontos apontados pelo pesquisador estão a temática dos textos, que abrangem denúncias de más práticas dos gestores da administração pública, e os resultados alcançados após a sua publicação.

O lucro social associado a estes trabalhos, quando provocam mudança, alteram leis obsoletas, denunciam casos de corrupção, revelam redes criminosas, não tem correspondência direta no lucro financeiro, mas o investimento, como reconhece Philippe Meyer (2004), é de longo prazo, porque “a qualidade traz associado o sucesso empresarial”. (Coelho, 2023, p. 7)

Ferrán Lalueza (2003) compartilha dessa mesma visão. Segundo o autor, para ser considerada investigativa uma reportagem deve tratar-se inicialmente de uma denúncia sobre questões ocultas ou malélicas à sociedade, apresentar algum fato inédito essencial, possuir relevância duradoura e ter sido integralmente verificada.

A partir de comentários de jornalistas investigativos e de exemplos práticos, Aucoin (2006, p. 91) define cinco elementos distintos que uma reportagem investigativa deve conter:

1) exposição de informações 2) sobre uma questão pública importante 3) que alguém ou alguma organização não deseja que seja relatada 4) que é revelado através da “escavação” original e demorada do repórter 5) com o propósito de reforma inspiradora.

No que se refere ao método de trabalho do jornalista investigativo, Fortes (2012) destaca que o passo a passo para a construção de uma reportagem investigativa assemelha-se à atuação de um detetive

---

buscavam encontrar sujeira – numa associação a jornalistas que se aprofundam em busca dos fatos.

em busca da solução de um mistério. Assim, o jornalista investigativo precisa realizar uma pesquisa minuciosa sobre o fato a ser abordado e a fugir do domínio das fontes oficiais e óbvias. Para o autor, é relevante que o jornalista possua conhecimento policial básico, atue com curiosidade, discrição e responsabilidade.

Diante dessas peculiaridades, Coelho (2023) aponta como grandes desafios na elaboração desse tipo de reportagem o maior tempo para a sua produção, as questões éticas referentes ao uso de fontes anônimas e a necessidade de constante verificação do material produzido. Porém, o pesquisador aposta no uso das novas tecnologias digitais para minimizar tais empecilhos.

Se, num manifesto “erro de cálculo”, a tecnologia, na viragem do século XX para o XXI, foi por muitos encarada como panaceia de todos os problemas do jornalismo (Downie & Schudson, 2009, p. 16), duas décadas depois, a tecnologia ocupa serenamente o lugar de ferramenta que fortalece e enriquece o jornalismo, sem pôr em causa os valores que o estruturam. (Coelho, 2023, p. 12)

As caracterizações acima apresentadas, principalmente no que se refere aos métodos de produção, tendem a associar a prática investigativa a uma visão tecnicista. O que propomos, por meio desta pesquisa, é justamente o oposto: consideramos que o jornalismo investigativo pode ser um meio propulsor de um jornalismo mais humano, intersubjetivo e multiperspectivo. Dessa forma, pretendemos traçar um paralelo entre a epistemologia positivista (e os princípios enraizados por ela que ainda influenciam a prática profissional contemporânea) e a perspectiva construtivista, no âmbito das discussões acadêmicas que apresentam o jornalismo como objeto de estudo.

### 3. Uma nova proposta para o jornalismo investigativo

Numa breve recapitulação, o pensamento-base positivista consiste na distinção entre o real e a valoração humana do real, o que substanciou o surgimento de cânones jornalísticos como a noção absolutizada de verdade, objetividade e impessoalidade. Alinhado a essa epistemologia, na qual toda subjetividade humana tende a ser vista como irracional, o jornalismo passou a usar de técnicas baseadas nas ciências exatas para se blindar de questionamentos. Tem-se, dessa forma, a realização de um jornalismo superficial, desumano, declaratório e voltado aos interesses das fontes da estrutura de poder vigente (Correia, 2011; Rocha, 2007).

Esse jornalismo se aproximaria do que Starkman (2014) concebe como *access journalism*, implicando na limitação da cognição e da autonomia do jornalista e na reprodução da dominação e da ideologia hegemônica, levando à exclusão das problemáticas das classes e grupos periféricos.

Contrapondo essa perspectiva, alguns autores apresentam uma nova proposta para a prática jornalística por meio da epistemologia construtivista, a qual compreende a realidade – e, por conseguinte da informação –, como construção social e não como algo dado, preexistente e inquestionável como concebiam o positivismo. Conforme explica Correia (2011), essa nova corrente engloba e analisa o contexto de produção (*newsmaking*) e toda a complexidade que envolve a seleção e a organização de conteúdos jornalísticos, salientando os constrangimentos e condicionamentos que envolvem o processo de construção das notícias. Assim, tem-se nas notícias o resultado de uma interação de fatores de diversas naturezas (pessoal, social, cultural, ideológica, econômica etc.).

Influenciados pelos estudos da linguagem e suas reflexões enquanto produto histórico e cultural, os autores construtivistas desmistificam o fato de que uma informação, ao ser relatada em forma de linguagem, pode ser, de alguma forma, neutra, imparcial. Rüdiger (2021, p. 52) explica que “os relatos jornalísticos não somente estão impregnados de subjetividade, mas (...) se fundam em esquemas ficcionais autônomos, às vezes provindos de tempos imemoriais, cuja origem está na criatividade coletiva, em vez da observação da realidade”. Há ainda, segundo o viés construtivista, a proposta de substituição da filosofia da consciência pela filosofia da linguagem, como critério de racionalidade por excelência. Assim, se por meio da filosofia da consciência, a razão se restringia a uma subjetividade individual, na

perspectiva dos estudos da linguagem, a razão passa a ser compreendida em um âmbito que extrapola o indivíduo de forma isolada, ou seja, de forma intersubjetiva. Nesse contexto, o jornalista atua como participante de uma comunidade de interpretação, incentivador e mediador do debate público, que não deve, neste processo, apagar-se como sujeito.

No jornalismo investigativo brasileiro, a vertente construtivista pode ser observada na abordagem de Moura (2007) sobre o processo de investigação do jornalista Caco Barcellos na produção do livro 'Rota 66: a história da polícia que mata'. Dentre práticas utilizadas pelo profissional, a autora distingue aspectos técnicos (como a verificação e cruzamento de informações obtidas com as fontes e dados/ documentos comprobatórios) e aspectos humanos (como traços subjetivos do jornalista e a introdução de perspectivas humanizadas dos personagens).

Foi um processo que trouxe uma concepção de jornalismo investigativo voltada não apenas para a pesquisa documental, mas para a investigação do espírito e do estado dos personagens, de suas ações e de seu comportamento. (...) Em Rota 66, Caco Barcellos não se apoiou somente na declaração da fonte. Para valer, a acusação devia vir acompanhada da prova documental. Do contrário, ele não levava a diante. (...) A sua investigação se construiu mediante relações estabelecidas entre os diversos casos investigados (...) ele foi estabelecendo relações entre os crimes para, a partir daí, retirar as características do sistema de matança da polícia. (...) Neste processo, recursos criativos também foram acionados. No quarto capítulo viu-se o jornalista recorrer aos artifícios literários para flagrar gestos, comportamentos, ações, de modo a trazer para o leitor um quadro capaz de revelar o estado e o espírito dos seus personagens. (Moura, 2007, pp. 245-247)

Tem-se dessa forma, a atuação do profissional como intérprete de sentido, uma vez que o jornalismo passa a ser compreendido como meio de construção de conhecimento de forma intersubjetiva, extrapolando o âmbito de subjetividades individuais; e o jornalista como ser pensante, crítico e sem se desvincular totalmente, em seu trabalho, de sua base ideológica, crenças e contexto social. Nessa perspectiva de interação social e intersubjetividade, Aguiar (2006) argumenta que o jornalismo investigativo não deve se limitar a denúncias que englobam o meio político e econômico, propondo que essa especialização deve abranger outras questões sociais relevantes, promovendo, por meio da pluralidade de vozes e do esclarecimento e aprofundamento das temáticas abordadas, a dimensão pedagógica cerne da função social do jornalismo. Assim, o jornalismo investigativo pode se tornar propulsor da prática de um jornalismo mais profundo, expondo histórias sob diferentes percepções, acessando fontes muitas vezes esquecidas e silenciadas, apresentando comentários jornalísticos adicionais em suas histórias, alterando o *modus operandi* generalista do seu dia a dia – e promovendo o que Gans (1979) denomina de Jornalismo Multiperspectivo.

Mobilizar a opinião pública no sentido de provocar mudanças estruturais nas relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político é outra possibilidade, diante da inserção de uma perspectiva construtivista à práxis do jornalismo investigativo. Habermas (1997), ao apresentar o modelo de mobilização (*mobilization model*), dentre três modelos de deliberação que determinam os temas e a orientação dos fluxos comunicacionais na esfera pública, salienta a superação da zona de conforto das elites, no modelo de iniciativa interna à estrutura de poder, quando acontece a inserção de temas na visibilidade da discussão pública por meio da atuação de uma elite dissidente ou até mesmo através da prática jornalística investigativa, levando a deliberação a depender do posicionamento das galerias da opinião pública. Em suma, por meio da mobilização oriunda da prática do jornalismo investigativo, por exemplo, a estrutura de poder perde sua comodidade e sua situação de conforto de decisão interna, e passa a ter a obrigação de mobilizar a esfera pública para satisfação de seus interesses. Reportagens como as apresentadas pelo *Washington Post* sobre o caso *Watergate* exemplificam como o jornalismo investigativo promove a transformação do modelo de iniciativa interna para o modelo de mobilização, conforme a classificação habermaseana da política deliberativa.

Outro modelo analisado pelo filósofo que envolve a atuação jornalística investigativa é o de iniciativa externa (*outside initiative model*). Segundo Habermas (1997), esse modelo funciona quando grupos que não pertencem à estrutura de poder articulam uma determinada demanda, a propagam dentro da esfera pública com o objetivo de conseguir adesão dos demais públicos para inseri-la, formalmente, como tema na agenda pública. Consequentemente, acabam gerando uma pressão nos detentores de poder de decisão para inclusão do assunto no debate formal. Sobre ele, o filósofo alerta que

enquanto os meios de comunicação de massa, contrariando sua própria autocompreensão normativa, conseguirem seu material dos produtores de informações – poderosos e bem-organizados – e enquanto eles preferirem estratégias publicitárias que diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social. (Habermas, 1997, p. 114)

Desta forma, o jornalismo investigativo pode atuar como meio estimulador do debate público tendo em vista transgressões e abusos de poder - rompendo o caminho centrífugo do fluxo comunicacional (onde os temas relevantes são inseridos na agenda pública pelos próprios detentores do poder) e pressionando a estrutura política a tratar seriamente tais questões de interesse do conjunto da sociedade.

Essas considerações acerca do jornalismo investigativo compreendido para além de relatos objetivos e superficiais de denúncias ou transgressões legais, mas como meio propulsor de uma prática humana, dirigida para a mudança social, de forma intersubjetiva e multiperspectiva são refletidas na obra “A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativo”, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), em 2013, sob organização de Mark Lee Hunter.

#### 4. Manual para Jornalistas Investigativos: um guia construtivista

Foi caminhando de encontro à maioria dos manuais que abordam a prática do jornalismo investigativo, que Hunter et al. (2013) apresentaram um guia para profissionais e acadêmicos que não possui apenas como foco a exposição de técnicas referentes à busca por informações ocultadas por autoridades. A tarefa central da obra é procurar guiar o leitor em como contar uma história, demonstrando que, apesar de toda a complexidade que envolve a investigação jornalística, esse processo pode se tornar humano, eficiente e construtivo.

Após o convite para uma reflexão sobre o que é jornalismo investigativo, os autores abordam como essa especialidade tende à refutação da objetividade como índice de qualidade na atividade jornalística, corroborando com aspectos de uma abordagem construtivista baseada na intersubjetividade.

A cobertura convencional de notícias visa a criar uma imagem objetiva do mundo como ele é. A cobertura investigativa utiliza materiais objetivamente verdadeiros – ou seja, fatos que qualquer observador razoável concordaria que são verdadeiros – visando à meta subjetiva de reformar o mundo. Ela não é uma licença para mentir por uma boa causa. Ela é uma responsabilidade, para que a verdade seja apreendida de modo que o mundo possa mudar. (Hunter et al., 2013, p. 8)

Além de considerar a verdade como algo intersubjetivamente compartilhado por uma comunidade de comunicação, há um alerta para a função social do jornalismo por meio da desconstrução do *lead* tradicional. Dessa forma, para além do que (a), quem (b), quando (c), onde (d) e por que (e), no jornalismo investigativo, há de se considerar um fenômeno (a), que possui causas e consequências; um personagem (b), com suas características únicas; uma narrativa ou *continuum* histórico (c), passível de mudanças e adaptações; uma ambientação (d), “na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis”; e uma explicação possível “como”(e) ao conteúdo/problema apresentado (Hunter et al., 2013, p.8).

A partir dessa primeira indagação, o manual vai traçando etapas da produção de uma reportagem investigativa e sugerindo recomendações importantes para os leitores, dentre elas a de que, ao observar a realidade, o jornalista não deva aceitar nada como algo “dado”, procurando sempre buscar o (s) porquê (s) de determinado fenômeno. Os autores também consideram o uso de hipóteses como cerne do método investigativo jornalístico, o que pode acontecer, por exemplo, por meio das informações obtidas através de fontes oficiais que podem ser confirmadas ou refutadas através do confronto com outros dados e informações autônomas.

No manual também são apresentadas informações sobre a busca de dados de fontes abertas para verificação das hipóteses criadas anteriormente. Hunter et al. (2013, p. 32) reconhecem a deficiência do acesso a informações em base de dados oficiais em todo o mundo, uma vez que fontes abertas também são consideradas fonte de poder e tendem a nos colocar “em uma posição de poder relativo, em comparação à situação habitual de pedir alguém para nos contar uma história. Pedir alguém para nos confirmar uma história é algo bastante diferente.”

Após a organização do material coletado na etapa de pesquisa, o desafio do repórter é a ordenação dos dados em uma narrativa. Assim como Moura (2007), Hunter et al. (2013, p. 62) alerta que a escrita de uma história investigativa não é a mesma da redação de uma notícia. Segundo o pesquisador, são necessárias diferentes habilidades e convenções criativas, que não excluem traços subjetivos do autor do texto. “O (a) repórter deve, a uma só vez, usar o poder de recursos associados à ficção, e evitar compor uma peça de ficção. Por fim, o seu estado emocional termina entrando no texto, seja de modo consciente ou não”.

O controle de qualidade, seja ele voltado a questões técnicas ou à ética profissional, é um procedimento relevante durante todas as fases de produção de uma narrativa investigativa. Há de se destacar a verificação de que cada afirmação feita no texto pode ser certificada por, no mínimo, uma fonte. Infere-se que, para os autores do manual, o processo de verificação é contínuo, podendo haver correções e ajustes de informações durante – e até após – a publicação da narrativa. No que se refere à ética, o manual aborda o respeito às fontes, a garantia do direito de resposta aos implicados direta ou indiretamente nas questões apresentadas e a importância da transparência sobre os procedimentos utilizados no processo investigativo.

Publicado há mais de 10 anos, o manual tornou-se referência em estudos que abrangem o estado da arte do jornalismo, porém, pesquisas sobre sua devida influência e aplicação no âmbito das rotinas produtivas específicas do jornalismo investigativo ainda são escassas.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

Baseando-se nessa lacuna, este estudo procura responder à seguinte questão: “Como o Manual para Jornalistas Investigativos está sendo aplicado no dia a dia da prática jornalística investigativa em portais brasileiros?” Para embasar possíveis respostas, foram elencados cinco parâmetros expostos no referido manual que extrapolam a apresentação de métodos e técnicas de investigação e que servirão como métricas a serem checadas por meio da análise de reportagens, conforme quadro abaixo.

Quadro 1: Definição dos parâmetros e mensuração dos dados da pesquisa

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO	FORMA DE MENSURAÇÃO
P1 – NOVA ABORDAGEM DO LEAD	<i>Lead</i> ampliado, composto por fenômeno, personagens, narrativa ou <i>continuum</i> histórico, ambientação e explicação possível para o fenômeno social abordado	Presença/Ausência
P2 – FONTES UTILIZADAS	Fuga da utilização de fontes oficiais	Mapeamento de vozes
P3 – UTILIZAÇÃO DE DADOS ABERTOS	Indício de realização de pesquisas em base de dados ou por meio de lei de acesso a informações públicas	Presença/Ausência
P4 – ASPECTOS DE INTERSUBJETIVIDADE	Identificação de aspectos de intersubjetividade, onde o jornalista não se omite como intérprete social, além de expor subjetividades dos personagens	Presença/Ausência
P5 – A) DIREITO DE RESPOSTA E B) TRANSPARÊNCIA	Identificação de procedimentos éticos e técnicos referentes: A) ao direito de resposta e B) transparência sobre métodos utilizados.	Presença/Ausência

Fonte: Hunter et al. (2013).

Como objeto de estudo foi escolhido o portal de notícia “O Estado de São Paulo” (Estadão) - portal não independente (livre de iniciativas de financiamento coletivo), pertencente à grande mídia hegemônica e que possui reportagens investigativas reconhecidas e premiadas internacionalmente<sup>2</sup>. Assim, poderá ser avaliada a prática jornalística investigativa em veículo de comunicação que atua de forma não exclusiva na área, tendo o jornalista que participar ainda da produção de reportagens do dia a dia, estando submetido a constrangimentos editoriais, políticos e empresariais que, normalmente, não são verificados em portais independentes. Dessa forma, foi escolhido como período para investigação o ano de 2022 por se tratar de ano eleitoral – e, portanto, mais favorável a publicação de denúncias de transgressões no âmbito político -, e ainda devido ao abrandamento da pandemia de COVID-19 no mundo, possibilitando aos jornalistas maior liberdade para produção de suas reportagens.

Como meio de filtragem das reportagens, foi utilizada a ferramenta de busca avançada do próprio portal, tomando como palavra-chave “Investigação”. Compreende-se, aqui o risco de existirem reportagens investigativas que não possuam o termo utilizado na busca, porém, tal interferência não incorre em anulação ou minimização dos objetivos desta pesquisa. Além disso, a filtragem não se restringiu à editoria Política, a fim de se constatar o que Aguiar (2006) recomenda sobre a diversidade de temáticas que podem englobar a atuação do jornalismo investigativo. Foram excluídos apenas artigos de opinião, editoriais, reportagens pertencentes a blogs, agências internacionais e entrevistas.

Para categorizar a amostra, foram utilizados métodos de Análise de Conteúdo, a fim de identificar, avaliar e comparar características da produção jornalística (Herscovitz, 2010); e de Análise de Discurso, por meio do mapeamento de vozes, refletindo sobre as posições de sujeito ocupadas pelos diversos indivíduos no discurso jornalístico (Benetti, 2010).

2. <https://gijn.org/es/colpin2017-los-mejores-proyectos-de-investigacion-de-america-latina/>

Unindo tais métodos à caracterização proposta por Nascimento (2016) sobre o que pode ou não ser uma reportagem investigativa, no âmbito do sujeito responsável pelo processo de investigação, foram identificadas Formações Discursivas (FD) para análise. Segundo o autor, Reportagens Investigativas (FD1), são aquelas que possuem todo o trabalho de investigação e apuração de informações realizado pelo próprio repórter e equipe. Os casos em que as reportagens apenas reproduzem uma investigação realizada por autoridade oficial se encaixam no que Nascimento (2016) descreve como Reportagens sobre Investigações (FD2). Há ainda as Reportagens Realizadas a partir de Investigação (FD3), ou seja, uma reportagem que aborda não apenas fatos desconhecidos, mas se debruça a novos desdobramentos a partir de algo que já pertencia ao domínio público.

Partindo desse pressuposto, com base na leitura dos textos, foram realizadas buscas por indícios de identificação dos responsáveis pelo processo investigativo das reportagens. Como exemplos desses indícios, podemos citar o uso da expressão “(...) de acordo com levantamento realizado pelo Estadão (...)”, na reportagem “Modelo brasileiro para financiar campanhas fortalece ‘caciques’ e afasta eleitor dos partidos”, publicada no dia 25 de janeiro de 2022, que remete ao trabalho realizado pela própria equipe do jornal; e o trecho “O documento, produzido pelo Departamento de Inteligência da Polícia Civil, cita políticos do interior paulista (...)”, na reportagem “Dossiê da Polícia de São Paulo aponta grupo 'Resistência Civil' e até chave PIX de financiadores de bloqueios em rodovias”, publicada em 16 de novembro de 2022, que deixa claro que o processo investigativo citado na reportagem foi realizado pela autoridade policial.

Dessa forma, as reportagens foram classificadas conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Identificação e seleção de Formações Discursivas

FORMAÇÃO DISCURSIVA	FD1 (Incluídas nessa classificação as reportagens que apresentaram indícios de que os jornalistas realizaram o processo investigativo)	FD2 (Incluídas nessa classificação as reportagens que apresentaram investigações de autoridades policiais, Ministério Público, Conselhos de Contas e demais entidades fiscalizadoras nacionais)	FD3 (Incluídas nessa classificação as reportagens que foram realizadas a partir de uma investigação de autoridade policial e Ministério Público, trazendo fatos novos aos já elencados oficialmente)	Total
QUANTIDADE DE REPORTAGENS	15	450	3	469

Para fins desta pesquisa, foram consideradas apenas as reportagens identificadas nas FD1 e FD3, onde o jornalista é o protagonista das investigações. Somadas a esse fator, no que se refere ao conteúdo, as reportagens investigativas selecionadas apresentaram pelo menos uma das seguintes características referentes ao jornalismo investigativo expostas na base teórica deste artigo: (a) alto grau de interesse público e impacto social (Laluzza, 2003); (b) partam de denúncias sobre questões ocultas ou maléficas

à sociedade (Lalueza, 2003); e (c) atuam como propulsoras de mobilização da opinião pública, capazes de alterar relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político (Habermas, 1997). Dessa forma, foram totalizadas 18 (dezoito) reportagens a serem analisadas<sup>3</sup>.

O método utilizado para análise das reportagens englobou a identificação de Sequências Discursivas (SD), ou seja, trechos dos textos, que apresentam os parâmetros apresentados no Quadro 1. Dessa forma, foram produzidas fichas avaliativas<sup>4</sup> para cada reportagem, conforme exemplo abaixo.

Quadro 3 - Modelo de ficha avaliativa

Reportagem 1: Clãs do Judiciário elegem parentes e sócios em um terço das OABs		
PARÂMETRO	MENSURAÇÃO	Sequência discursiva
P1	Ausente	SD: “Assim como na política partidária, o peso do sobrenome e a conexão com membros do Judiciário também se fazem presentes no resultado das eleições das 27 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Um terço das chapas elegeu membros que pertencem ou são ligados a tradicionais clãs de membros do Judiciário, de acordo com levantamento do Estadão.”
P2	Fontes: Advogados acusados, Especialistas e Testemunha	SD1: “...e, segundo conselheiros aliados, saiu pelo Amapá por ter dificuldade de conseguir os votos suficientes em Minas e no DF.” SD2: “Diante deste quadro, a ex-ministra do STJ e ex-corregedora do CNJ Eliana Calmon afirma...” SD3: “O vocacionado a magistrado deve prestar concurso público”, disse o ex-desembargador Walter Maierovitch.”
P3	Ausente (sem especificação)	SD: “... de acordo com levantamento do Estadão.”
P4	Ausente	-
P5	A) Presente B) Ausente	SD1: “Procurado, Caio não quis comentar”. SD2: “Procurado, o advogado não se manifestou.”

## 5. Resultados

No que se refere à construção do *Lead* por meio de uma nova abordagem (Parâmetro 1), apenas a reportagem “*Modelo brasileiro para financiar campanhas fortalece ‘caciques’ e afasta eleitor dos partidos*” apresentou *lead* minimamente ampliado, composto por uma contextualização inicial e explicação sobre o fenômeno apresentado, assim como sua consequência para a sociedade. As demais reportagens apresentaram *lead* tradicional.

3. A lista de reportagens pode ser acessada no seguinte endereço: [https://drive.google.com/file/d/147KJ6n0VgYOJLsFvLk\\_2QDb61iWUVd0H/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/147KJ6n0VgYOJLsFvLk_2QDb61iWUVd0H/view?usp=sharing)

4. As fichas avaliativas das reportagens podem ser acessadas no seguinte endereço: [https://drive.google.com/file/d/1Wt1MM-0P2W78EH5tDE5malnd9Ku\\_hU4W3/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1Wt1MM-0P2W78EH5tDE5malnd9Ku_hU4W3/view?usp=sharing)

As fontes citadas nas reportagens (que servem de base para o mapeamento de vozes proposto no Parâmetro 2) foram classificadas em:

a) *Fontes supostamente envolvidas em irregularidades* compostas absolutamente por fontes oficiais ou ligadas à estrutura de poder vigente: candidatos a deputados e senadores no pleito vigente; deputados e senadores eleitos; prefeitos; ministros e seus consultores; representantes de partidos políticos; empresários ligados a políticos; advogados associados a membros do Poder Judiciário; e representantes de fundações, fundos e bancos do governo federal.

b) *Fontes especializadas*, presentes em todas as reportagens analisadas, formadas por: ex-ocupantes de cargos públicos; analistas, especialistas e técnicos; auditores; instituições renomadas; e professores.

c) *Fontes não oficiais*, ou seja, cidadãos (moradores e professores denunciando) e associação (ABPM), estando presentes apenas em três reportagens: “*Exportações bilionárias de manganês são operadas com notas frias e extração ilegal*”, “*Cidade baiana contratou show de Gustavo Lima por R\$ 704 mil e prefeita diz que realiza sonho*” e “*Ameaças de violência impedem grupo de 500 indígenas de votar no Pará*”.

Faz-se necessário destacar a constante utilização de imagens e vídeos obtidos em redes sociais como meio de confronto de informações e confirmação de acusações expostas nas reportagens, como acontece na série envolvendo irregularidades no Ministério da Educação: “*Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação*”, “*Governo abandona obras paradas e monta um esquema de ‘escolas fake’*” e “*Consultor do FNDE recebeu R\$ 2,4 milhões para ajudar prefeituras a obter verbas*”. A publicação da série resultou no pedido de demissão do ministro Milton Ribeiro, ratificando o modelo habermasiano de mobilização exposto acima.

Percebe-se, ainda, que apesar de serem apresentadas como partes investigadas e de forma negativa, há a predominância, nas reportagens, de vozes que representam a estrutura de poder vigente – principalmente se compararmos à participação de cidadãos e instituições que os representam. Portanto, não há, conforme descreve o manual, preocupação dos jornalistas em fugir do oficialismo e dar voz aos segmentos sociais muitas vezes silenciados. Assim como não foi possível identificar, no portal, reportagens investigativas que abrangem outras áreas/editorias além da Política (com 16 textos publicados), Economia e Geral (1 texto publicado em cada editoria).

No que concerne à utilização de fontes documentais – e remetendo-se ao Parâmetro 3 -, das 18 reportagens apresentadas, 12 (doze) apresentam indícios de obtenção de informações por meio de bancos de dados abertos, dentre os quais o Portal da Transparência do governo federal, Diários Oficiais (União e Municípios), Portal Siga Brasil (Portal de Orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo) e dados do Fundo Eleitoral disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quatro reportagens apresentaram dados obtidos diretamente por meio de fontes humanas ou institucionais. E, apesar de citarem dados, duas reportagens não apresentaram indícios de suas fontes, utilizando apenas a informação “*levantamento feito pelo jornal*”, como acontece em “*Clãs do Judiciário elegem parentes e sócios em um terço das OABs*”.

O que se percebe, numa correlação entre os Parâmetros 1, 2 e 3 é a existência de um padrão na elaboração de reportagens investigativas publicadas pelo Estadão, exemplificado por meio do esquema: *denúncia – exposição de dados – análise de especialistas*, onde um fenômeno (geralmente questões ocultas ou maléficas à sociedade) é descrito; em seguida são apresentados dados e informações sobre a irregularidade apresentada (geralmente em cifras e números); e, por fim, especialistas explicam os malefícios e as consequências sociais do fenômeno.

O uso de hipóteses como cerne de uma investigação jornalística proposto no manual segue um caminho inverso nas reportagens do Estadão. Ao invés da utilização de declarações de fontes oficiais como meio para formulação de uma hipótese que deve ser confirmada ou refutada por meio do confronto com outros dados e informações autônomas, as reportagens apresentam inicialmente os dados para,

em seguida, questionar as fontes oficiais. Dessa forma, os jornalistas adquirem uma posição de poder relativo junto a essas fontes, precisando apenas de suas declarações (ou seus posicionamentos) sobre a denúncia apresentada.

No que se refere à apresentação da narrativa jornalística (Parâmetro 4), todas as reportagens expuseram aspectos de impessoalidade e objetividade. Em nenhum texto foi possível observar explicitamente traços pessoais de seus autores e personagens. Neste sentido, pode-se inferir que as reportagens investigativas analisadas em nada se diferem das demais reportagens publicadas no portal.

A garantia do direito de resposta aos implicados direta ou indiretamente nas questões apresentadas é visível em todas as reportagens do Estadão, conforme Parâmetro 5, A). Porém, no que refere à transparência sobre os procedimentos utilizados no processo investigativo, apenas a reportagem *“Exportações bilionárias de manganês são operadas com notas frias e extração ilegal”* apresentou, minimamente, explicação sobre o trabalho do jornalista na realização da investigação. Se a preocupação com a credibilidade não pode ser visualizada no âmbito do Parâmetro 5, B), ao relacionar, de forma geral, os Parâmetros 3 e 5 A), infere-se uma inquietação, perceptível em todas as reportagens, sobre a qualidade e credibilidade das informações e denúncias expostas, sendo essas certificadas por outras fontes ao longo do texto jornalístico.

## 6. Considerações Finais

Se por um lado, em concordância com Fortes (2012), compreendemos toda a complexidade que envolve o trabalho do jornalista investigativo e acreditamos que esse deve ser diferenciado da produção rotineira de notícias; por outro, através da análise de aspectos do Manual para Jornalistas Investigativos presentes em reportagens publicadas pelo portal de notícias O Estado de São Paulo, podemos observar que, em diversos parâmetros, tais reportagens se assemelham cada vez mais ao jornalismo superficial praticado na maioria das redações brasileiras – o que é preocupante diante da função social implicada a essa especialidade.

Apesar de expressas por um ponto de vista negativo, o jornalismo investigativo praticado pelo portal ainda atua como mero eco de fontes oficiais e de especialistas, desprezando a pluralidade de vozes e perspectivas no fazer jornalístico. Inquietante, ainda, é a postura dos jornalistas que têm sua atuação vinculada a valores e ideais positivistas (principalmente no que se refere à busca constante pela impessoalidade e objetividade), que implica na limitação de sua cognição e de sua autonomia.

As facilidades oriundas do acesso às bases de dados públicas não devem limitar os jornalistas a meros expositores de informações quantitativas que servem para comprovar denúncias de irregularidades, como observado nas reportagens analisadas. Esse material deve ser interpretado, contextualizado e utilizado como meio de instrução e mobilização social, contribuindo para o esclarecimento e aprofundamento das temáticas abordadas.

Não se pode esquecer que, assim como no jornalismo convencional, as barreiras e constrangimentos referentes às políticas editoriais e vieses políticos dos veículos de comunicação também se encontram presentes na prática do jornalismo investigativo - o que pode explicar os resultados obtidos nesta pesquisa. Porém, tais obstáculos não devem ser fatores de silenciamento e conformismo dentre os profissionais. Ainda que escassas, as possibilidades de mudanças neste cenário existem. Cabe aos jornalistas investigativos utilizarem as especificidades da área (como maior liberdade, o maior tempo para produção e a credibilidade que envolve o seu trabalho, por exemplo) para superar tais constrangimentos e encontrar brechas para ultrapassar a prática de relatos objetivos e superficiais de denúncias ou transgressões legais, por meio da realização de um jornalismo mais humano, um espaço para formação social e um meio propulsor de uma cidadania mais crítica. Eis o grande desafio da profissão.

Como proposta para estudos posteriores tem-se a ampliação do *corpus* de pesquisa, podendo abranger, para efeito comparativo, portais independentes que praticam exclusivamente o jornalismo investigativo, como o *The Intercept* Brasil. Ouvir os profissionais jornalistas sobre as implicações referentes ao processo de produção das reportagens, com base nos indícios obtidos nos resultados desse artigo, é outra possibilidade.

## Referências bibliográficas

- Aguiar, L. A. (2006). O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. *Alceu*, V. 7. N. 3.
- Aucoin, J. (2006). *The evolution of American investigative journalism*. University of Missouri Press.
- Benetti, M. (2010). Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Vozes.
- Burgh, H. (2008). *Jornalismo Investigativo: contexto e prática*. Roca.
- Coelho, P. (2023). Novas Fronteiras do Jornalismo de Investigação: Do Lobo Solitário à Alcateia. *Comunicação e sociedade*, (44), 1-18. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/10023> Acesso em 10.out.2024.
- Correia, J. C. (2011). *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. Lisboa: LabCom Books. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4344> Acesso em: 11.jun.2022.
- Fortes, L. (2012). *Jornalismo investigativo*. 2. ed. Editora Contexto.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Pantheon Books.
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Tempo Brasileiro.
- Herscovitz, H. G. (2010). Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Editora Vozes.
- Hunter, M. L. (Ed.) (2013). *A Investigação a partir de histórias*. Um manual para jornalistas investigativos. UNESCO.
- Lalueza, F. (2003). Periodismo de Investigación televisivo. Marco teórico y metodológico para el análisis de la modalidad. *Tesis Doctoral*: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- Moura, S. (2007) *Caco Barcellos: o repórter e o método*. Editoria Universitária UFPB.
- Nascimento, S. (2016). *Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Arquipélago Editorial.
- Ponte, C. (2005). *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Insular.
- Rocha, H. C. L (2007). Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. *Estudos em Comunicação*. N.2. Disponível em: <https://www.ec.ubi.pt/ec/02/html/Rocha-verdade-e-rigor-no-jornalismo.html> Acesso em: 8.out.2024.
- Rudigër, F. (2021). *As Teorias do Jornalismo no Brasil*. Insular.
- Sequeira, C. (2005). *Jornalismo Investigativo*. O fato por trás da notícia. Summus.
- Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. Columbia University Press.